

**Maria Lúcia Delgado**  
de Brasília

Contrariando os planos iniciais do governo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem dois requerimentos convidando os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, a prestarem depoimentos em audiência pública. A oposição pressionou os governistas a aceitarem a aprovação dos requerimentos e, em troca, o governo exigiu que os termos do convite fossem amenos e não mencionassem o real intuito de convidá-los a prestar esclarecimentos sobre suas movimentações bancárias e fiscais, e nem envolvessem outras pessoas além dos dois.

O governo continua a insistir no adiamento da audiência e o mais provável é que somente em setembro ambos compareçam ao Senado. Como a oposição

concordou em mudar o texto dos convites — porque não teria votos suficientes —, os requerimentos foram aprovados por unanimidade após o acordo.

O texto original dos requerimentos do PSDB e PFL pediam que Meirelles explicasse denúncias de sonegação fiscal e evasão de divisas. No outro requerimento, a oposição pedia que fossem convidados a depor não só Casseb, mas o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e dois diretores do BB para explicar o patrocínio de R\$ 70 mil ao show de Zezé di Camargo e Luciano para financiar a construção da sede do PT. O governo já trabalha para dar esclarecimentos a esse episódio, argumentando que havia um convênio entre o Banco do Brasil e a administradora de cartões de crédito Visa.

Os requerimentos “amenos” pedem que Meirelles e Casseb venham ao Senado falar de vul-

nerabilidade externa, controle da inflação, taxa de câmbio, balanço de pagamentos, fomento do microcrédito. Como a Comissão de Fiscalização e Controle já havia aprovado requerimentos com o mesmo conteúdo, ficou acertado que haverá uma audiência conjunta com a CAE.

“Não há interesse do governo em que eles compareçam. Agora, com a votação na CAE, acho que fica mais difícil eles recusarem”, afirmou o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Os governistas pretendiam evitar que o caso chegasse à CAE porque Tebet é considerado um parlamentar mais independente e tem dado manifestações públicas a favor de agilizar o comparecimento do presidente do Banco Central ao Senado. Já o presidente da CFC, Ney Suassuna (PMDB-PB), é vice-líder do governo e deve agir conforme os interesses do Palácio do Planalto.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que caberá aos dois presidentes das comissões conversarem com Meirelles e Casseb para definir a melhor data. Os governistas alegam que nesta semana é impossível a vinda de ambos ao Congresso, pois a pauta está cheia e hoje haverá sessão deliberativa durante todo o dia. “Eu, se fosse líder do governo, marcava isso para amanhã”, criticou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Amanhã, a CFC ouviu depoimentos dos ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a Operação Vampiro — esquema de compra superfaturada de hemoderivados. “Por que esses ministros não vieram antes? O governo não deveria usar argumentos protelatórios para evitar a vinda do presidente do BC”, criticou o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), líder da minoria.